



**Ambiente & Educação**  
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533  
Volume 25 | nº 2 | 2020

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ PESQUISA E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

### **Vanessa Marion Andreoli**

Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral.  
Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.  
Pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino e ao Grupo de Pesquisa Educação Ambiental e Cultura da Sustentabilidade (GPEACS).  
**ORCID ID:** [0000-0001-7462-3639](https://orcid.org/0000-0001-7462-3639)

### **Marcelo Gules Borges**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e do Departamento de Educação do Campo. Pesquisador vinculado ao Coletivo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Culturas, Ciências e Filosofias (CEUCI).  
**ORCID ID:** [0000-0003-1231-2776](https://orcid.org/0000-0003-1231-2776)

Apresentamos aos leitores e leitoras o dossiê *Práticas e Pesquisas em Educação Ambiental e Educação do Campo*, escrito e organizado no ano de 2020, momento em que vivemos o distanciamento social devido à pandemia do COVID-19. Durante o período que trabalhamos neste dossiê, os dezessete artigos passaram por um longo processo de avaliação que contou com a colaboração de vinte e nove pareceristas externos, numa dinâmica que envolveu idas e vindas de ajustes, trocas de e-mails, videoconferências e gestão dos artigos na plataforma de submissões da Revista Ambiente & Educação. Somos muito gratos à equipe e editores da revista, assim como aos avaliadores e avaliadoras do dossiê, que foram fundamentais para o resultado que vamos apresentar. Ainda, não podemos deixar de mencionar nossa profunda gratidão aos pesquisadores e pesquisadoras que compartilharam conosco suas experiências e reflexões, importantíssimas para o fortalecimento dos campos da Educação

Ambiental e da Educação do Campo no Brasil. Agradecemos imensamente todas essas parcerias!

Como retrato de um momento específico, no que se refere não só ao estado da arte ou das conversações que estes dois campos aparentemente distintos assumem no jogo acadêmico, só faz sentido falar em Educação Ambiental (EA) e Educação do Campo (EC) no Brasil considerando que são e partem das mesmas pautas de luta e justiça social historicamente reconhecidas no campo ambiental. A sustentabilidade da vida e dos ambientes é lugar central para os povos do campo, das águas e das florestas. A educação é a base que os constitui enquanto movimentos sociais e como campo que habita os programas e políticas no âmbito do sistema educacional brasileiro (da educação básica ao ensino superior).

Este dossiê, em alguma medida, representa o esforço de sistematização na área acadêmica daquilo que já vem sendo realizado no contexto do rural brasileiro, tanto em termos do que hoje significa o movimento da Educação Ambiental no país bem como do Movimento de Educação do Campo em seus diferentes territórios de luta (comunidades do campo, das florestas e das águas, no bojo dos movimentos sociais, das comunidades rurais, das escolas do campo, dos institutos federais), das escolas família agrícolas, dos programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e diversos âmbitos das pesquisas em pós-graduação.

Mesmo que já se observe uma produção acadêmica substancial da interseção entre a EA e a EC - de diferentes lugares ainda que de forma dispersa a partir de manuais, materiais didáticos e paradidáticos, dissertações, teses, livros, capítulos de livro e artigos - ela se encontra de forma localizada nos circuitos dentro e fora da academia que tem o rural como foco geográfico, desde diferentes modos de conhecer e de áreas do conhecimento consolidadas. Há aí um exercício que envolve movimentos de garimpagem, organização e sistematização, ao mesmo tempo, sempre nos exigindo retornar a prática.

O Movimento de Educação do Campo no Brasil tem se fortalecido nas últimas três décadas de forma considerável, embasado por um conjunto de políticas e práticas no contexto dos movimentos sociais, da educação básica e

superior. Como conceito que vem se constituindo ao longo desse tempo, a EC reflete e é por si o próprio processo de luta histórica por direito a uma educação de qualidade pelo e a partir do campo, desencadeada pelos movimentos sociais. Como resultado, esperasse que a política faça e dê voz aos interesses sociais dos diferentes povos do campo, considerando suas potencialidades, fragilidades, histórias, valores, desejos e sonhos. Sendo assim, a EC não deixa de ser um campo bastante específico na sua prática, mas de impacto e interesse global, já que se fundamenta prioritariamente na associação com as questões da sustentabilidade e do território no qual está enraizada.

Apesar de identificarmos os avanços de destruição e desqualificação de um projeto educacional que parta e atenda a realidade do campo brasileiro (por exemplo, o fechamento de escolas do campo, o sucateamento de políticas públicas como o Pronera e o Procampo), a produção de conhecimento nessa área já demonstra avanços e institucionalização em diferentes espaços que envolvem a pesquisa no país.

Do mesmo modo, a EA enquanto campo de pesquisa vêm se consolidando desde os anos 1960 no cenário mundial e brasileiro, com uma amplitude de pautas que contempla, em grande parte dos casos, as temáticas da EC. Com destaque no caso brasileiro, mais recentemente podemos citar as questões da justiça ambiental no campo, nas águas e nas florestas, a questão agrária, a luta por territórios e pela agroecologia. Nesse cenário, algo que diretamente une ambos movimentos é a centralidade da questão ambiental, temática inerente as pautas de luta por uma educação alinhada com um projeto societário diferenciado, que prima pela diversidade e pela sustentabilidade, pela justiça social e ecológica das culturas e dos povos do campo. Nesse caso, e de forma mais concreta considerando a amplitude da EC, merece destaque a agroecologia enquanto dimensão ambiental, científica e política desse intento. Por fim, a EA é a dimensão educativa em suas múltiplas possibilidades já traduzida num conjunto de práticas locais e situadas que circulam em contextos rurais do Brasil desde o cotidiano da vida das comunidades até as práticas realizadas nas escolas.

Ambos os campos tiveram sua origem em diferentes contextos históricos, a partir da organização dos movimentos sociais, com a intencionali-

dade de contestar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista e o modo predatório da ação humana sobre os ambientes. Ou seja, são facetas da mesma luta social. Apesar de serem silenciados em relação as políticas públicas, é possível afirmar que foram elas que deram visibilidade tanto social quanto política aos campos da EA e da EC, que, organizados politicamente, reivindicaram a incorporação de suas necessidades e demandas à agenda governamental.

É nesse contexto que este dossiê visa destacar e fortalecer a produção acadêmica em ambos os campos e suas conexões, qualificando o debate teórico e dessa forma as ações em suas diferentes especificidades. A proposta reconhece esse encontro, que já habita o universo educacional e valoriza as produções que demonstram essa relação de forma ética, com rigor metodológico e de análise na produção de dados e saberes que potencializam o discurso e a prática política de pesquisa no quadro atual da educação e da Ciência no país. Assim, a editoria do dossiê teve por objetivo selecionar artigos inéditos que focassem pesquisas que demonstrassem de forma articulada o diálogo entre a EA e EC desde diferentes contextos e a partir de diversas matizes teóricas.

É importante destacar que tradicionalmente a produção acadêmica em EA no circuito internacional e nacional tem tratado de forma secundária pautas da EC, sendo essa abordada a partir especificamente das produções que tratam da Educação do Campo (Brasil) e da Educação Rural (internacional). Ainda, particularmente no campo da pesquisa, é possível encontrar timidamente em âmbito especializado, tanto da EA quanto da EC, produções acadêmicas que retratem e reflitam sobre essas experiências e diálogos.

Por outro lado, embora a EA e a EC tenham trajetórias específicas do ponto de vista de sua constituição, tem sido crescente o trânsito de temáticas e pesquisas em eventos e produções nacionais e internacionais. Muitas vezes, de forma paralela, ambos têm realizado importantes contribuições na esfera das políticas públicas de educação. O aparente desencontro na área acadêmica é superado pelo profundo diálogo no cotidiano entre estes movimentos, pelas ações nos mais diversos coletivos do campo e no crescente processo de institucionalização, por exemplo, da Educação Ambiental e das Licenciaturas

em Educação no Campo, essa última com ações diretas na formação de professores/as para a educação básica.

Dada a constituição de ambos movimentos, é perceptível que eles tem, dentre seus princípios, por exemplo, uma postura ativa e militante frente as pautas de justiça social e ambiental, ou ainda, a aproximação da escola com seus territórios, suas demandas, suas lutas, assim como o modo de questionar o poder, o saber e o ser. Esse caráter crítico e criativo faz as experiências que acontecem em ambos campos serem decisivas no processo de transformação social e na reinvenção de alternativas para uma educação emancipatória que se pretende construtora de uma cultura de sustentabilidade.

É fato que as práticas culturais e sociais que vinculam os temas ambientais transitam pelas comunidades e pelos movimentos sociais e chegam ao contexto das escolas do campo e da universidade. Há uma condição dada: a EA e a EC estão compromissadas com a transformação social e têm como ponto de partida e chegada a realidade e a prática social dos sujeitos do campo. Assim, também se orientam conjuntamente para princípios que explicitam aquilo que pode ser considerado uma dívida histórica da educação com os povos do campo, uma vez que, sejam pelas políticas da educação ou mesmo pelos próprios livros didáticos, sofreram e ainda sofrem pressões que procuram “enquadrá-lós” aos moldes da vida urbano-industrial, negando as culturas, as necessidades e sonhos daqueles e daquelas que habitam o rural.

É diante desse cenário que o dossiê, organizado em três seções, apresenta experiências voltadas a diferentes contextos educativos do norte ao sul do Brasil, que articulam, cada qual com suas especificidades e contextos, os campos da EA e da EC, trazendo um pequeno retrato de como essa relação é fundamental e emergente na luta pelos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas.

Na primeira seção, intitulada *Práticas Escolares no/do Campo*, os estudos são voltados às ações educativo-ambientais ocorridas em instituições escolares da educação básica, como Escolas do Campo, Centro Integrado de Educação Rural e Escolas Família Agrícola. Eles demonstram que as práticas escolares não são somente impactadas pela criação de empreendimentos próximos ou mesmo pela implantação de Unidades de Conservação, por exemplo,

mas sofrem influência direta de diferentes instituições que atuam no campo, muitas vezes ligadas ao agronegócio. Além disso, muitos deles trazem, além de uma perspectiva freireana, a reflexão sobre experiências que valorizam o território, o protagonismo discente, a coletividade, traduzindo por meio de práticas concretas o papel transformador da escola. A formação continuada de professores tanto na EA quanto na EC continua sendo um tema importante e urgente.

A seção seguinte retrata ações advindas de iniciativas dos *Movimentos Sociais do Campo* em diferentes territórios como Escolas Itinerantes, Escolas Técnicas de Agroecologia, e Lideranças comunitárias. São experiências que qualificam e retratam as articulações da EA e a EC tendo os movimentos sociais como impulsionadores de mudanças, a partir das lideranças, da inserção da agroecologia e das Escolas Itinerantes. Todos esses coletivos deixam transparecer a partir de suas práxis o profundo compromisso como agentes educativos que dialogam a partir da compreensão da realidade socioambiental do campo.

Na última seção, os artigos, de cunho *Descritivo-analítico do campo da Educação Ambiental e do Campo*, voltam-se para a análise dos currículos, dos projetos e das pesquisas acadêmicas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do ensino superior e pós-graduação no Brasil. São artigos basilares que ajudam a situar os caminhos trilhados pelas produções científicas que buscam articular a EA e a EC. Essa seção nos permite perceber que, apesar de emergentes, elas ainda carecem da organicidade entre os dois campos. Destaca-se a importância de processos de formação em âmbitos formais e não-formais que primem pela interdisciplinaridade e pela interculturalidade, assim como de um currículo que busque uma educação que vincule suas decisões e estratégias a partir do diálogo com os movimentos sociais, com as políticas públicas, com as comunidades, com as instituições formadoras e com demais espaços que compõe a dinâmica comunitária local.

Na primeira seção, no artigo *Práticas de Educação Ambiental em escolas ribeirinhas de Porto Velho/RO*, Clarides Henrich de Barba, Mathêus Sampaio da Silva Lima e Renata da Silva Nobre descrevem e analisam as práticas de EA realizada por educadores/as em três escolas municipais ribeirinhas na Zona Rural de Porto Velho, no estado de Rondônia. A partir de entrevistas e observações de um conjunto de experiências, o artigo evidencia as dificuldades

enfrentadas na articulação entre a EA e a EC em um contexto marcado pelo impacto das Usinas Hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira. As autoras e o autor propõem caminhos em direção a uma Educação Ambiental crítica que considere a realidade ambiental amazônica.

A ambientalização do currículo é o foco de análise do artigo *A Ambientalização do currículo em escolas próximas a Unidades de Conservação*. A partir de uma etnografia realizada em uma escola do campo, situada no município de Viamão no Rio Grande do Sul, próxima ao Parque Estadual de Itapuã, Taís Cristine Ernst Frizzo analisa documentos e realiza entrevistas e observação de práticas que demonstram o engajamento dos educadores/as nas dimensões que envolvem a gestão, o espaço físico e as práticas de EA. Descrevendo os desafios enfrentados, o artigo propõe a ambientalização do currículo na relação com a EA e a EC, defendendo que essa decisão pode potencializar a valorização do local a partir da cultura, das lutas e anseios das comunidades.

No artigo intitulado *A Educação Ambiental e a Educação do Campo diante das interferências do agronegócio: compreensões de professores de escolas públicas*, Carolina Borghi Mendes e Jorge Sobral da Silva Maia trazem uma reflexão sobre a EA em escolas públicas da educação básica de três cidades do interior de São Paulo. A partir do olhar dos/das professores/as, a autora e o autor analisam a inserção do Programa Educacional “Agronegócio na escola” nas escolas localizadas em Dumont, Pradópolis e Jaboticabal, considerando que elas apresentam realidades locais distintas e particularidades em sua relação histórica, política, econômica e cultural com o campo. Destaca-se que as ações de EA nessas escolas têm forte influência de diferentes instituições filiais à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), fato que pode fragilizar ou fortalecer os processos educativos vinculados à EC.

Partindo de uma pesquisa que articula EA e EC, o artigo *A Educação Ambiental nas práticas pedagógicas dos professores em Escola do Campo de um município da Região Metropolitana de Curitiba*, de autoria de Maria Helena Costa Nascimento, Maria Arlete da Rosa e Josmaria Lopes de Moraes, analisa as práticas escolares no Ensino Médio, a partir de entrevistas com professores/as que atuam na escola. É foco na pesquisa os desafios enfrentados na articulação entre a EA e a EC, e os resultados evidenciam, entre outros pontos

fundamentais, a importância do papel da formação continuada em educação na temática ambiental e do protagonismo dos jovens estudantes para consolidação de práticas que partam da realidade dos povos do campo.

No artigo *As repercussões da Educação Ambiental numa Escola do Campo capixaba*, os pesquisadores Ramofly Bicalho e Rainei Rodrigues Jadajski discutem a EA no contexto do Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Águia Branca (CEIER-AB) e de que maneira ela impacta na percepção de educadores/as e educandos/as. Sob inspiração freireana, os autores consideram que o princípio educativo defendido pelo Centro é a agroecologia, alicerçada em estudos e aprofundamentos que partem de temas geradores. A articulação das questões ambientais relacionadas ao uso consciente e à preservação do meio ambiente se materializa, para os pesquisadores, à medida que os conceitos abordados na escola se traduzem em possibilidades práticas concretas, como por exemplo em mudanças nas propriedades dos educandos e educandas.

Já no artigo *A Escola Família Agrícola Belo Monte e a Pedagogia da alternância numa educação para a sustentabilidade da vida*, Janinha Gerke, Simone Ferreira Angelo e Edson Moreno Canchilheri descrevem a experiência formativa da EFA Belo Monte em Mimoso do Sul, Espírito Santo. A partir de uma narrativa que analisa as práticas ambientais da escola, as autoras e o autor colocam em destaque o papel dos temas geradores e da alternância em sua organização. Considerando que é possível conhecer e aprender um conjunto de ações, na escola e para além dela, em articulação com as famílias, a comunidade, as instituições locais e os movimentos sociais, o artigo explicita que a experiência relatada é um exemplo que demonstra o papel transformador da EC e da EA no âmbito local.

Na seção dos Movimentos Sociais do Campo, o artigo *O trabalho como princípio educativo ambiental* reflete, a partir das experiências das escolas dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC), no caso as Escolas Itinerantes e Escolas Técnicas de Agroecologia do Paraná, o “trabalho” como princípio educativo para EC, estendendo sua análise para pensá-la como categoria na EA. No espectro de compreensão da Educação Ambiental crítica, Emilio Romanini Netto pensa a EA desde a articulação com a EC e os movimentos

sociais, analisando que o papel da práxis nesse diálogo envolve um movimento crítico de compreensão da realidade socioambiental.

Abordando as interfaces entre a EC e a agroecologia, o artigo de Valter de Jesus Leite e Luiz Arthur Conceição, intitulado *Práticas educativas de introdução a Agroecologia nas escolas Itinerantes do Campo no Paraná*, discorre sobre o trabalho desenvolvido em práticas de introdução da agroecologia pelas Escolas Itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná, mais especificamente no Acampamento Maila Sabrina no município de Ortigueira, com foco nos estudantes do ensino médio. Em diálogo com a Educação Ambiental crítica são tecidas reflexões sobre as aproximações conceituais entre EA e a EC. São marcadores dessa reflexão a agroecologia e as dimensões socioambientais da educação, visando o seu impacto enquanto luta pela transformação da vida no campo.

Ainda no cenário das experiências dos movimentos sociais, o artigo *O Movimento dos Atingidos por Barragens e o enfrentamento de desastre ambiental: uma aproximação prática da Educação Ambiental e do Campo* busca compreender a atuação educacional do MAB no contexto da inundação ocorrida em 2014 na comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari, no estado de Rondônia. A partir das lideranças do movimento, o estudo pôde identificar que a ação do MAB teve forte impacto como agente educativo, principalmente na transformação da relação da comunidade consigo mesma e dela com o Estado. Como destaque, os autores Diógenes Valdanha Neto e Pedro Roberto Jacobi trazem a centralidade de uma gestão partilhada do território/ecossistema que se vive, a desterritorialização de povos do campo e a necessidade de fortalecimento das possibilidades de participação social nas tomadas de decisão.

A última seção é reservada para pesquisas no âmbito descritivo-analítico do campo da Educação Ambiental e do Campo. No primeiro artigo, intitulado *Fundamentos para uma Educação Ambiental crítica nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo: a experiência da UFBA*, ainda que a discussão surja de uma prática pedagógica concreta, os autores Magno da Conceição Peneluc, Edilson Fortuna de Moradillo e Rafael Moreira Siqueira trazem uma reflexão sobre os pressupostos ontológicos, éticos e político-pedagógicos para a implementação da Educação Ambiental crítica nos cursos de Licenciatura em

Educação do Campo, tendo como referência, portanto, a experiência desenvolvida na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os autores analisam a inserção da dimensão ambiental com foco no materialismo histórico-dialético, destacando que a realidade do campo está diretamente relacionada a questão ambiental, e dessa forma é urgente que sejam abordados nos cursos de formação inicial de educadores/as questões que problematizem tanto a exploração do trabalho humano quanto sua relação com a destruição da natureza.

Embasadas por uma perspectiva freireana, as autoras Silvana do Nascimento Silva e Viviane Pereira Santos trazem no artigo *Produção textual em Educação do Campo no PIBID Interdisciplinar em Educação Ambiental: a formação de intelectuais transformadores* uma análise sobre as produções científicas realizadas no contexto da escola do campo pelo PIBID da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié/BA. Segundo as pesquisadoras, os campos da EA e da EC ainda são silenciados, e, para além de possibilitar a reflexão crítica sobre as questões ambientais que rodeiam os povos do campo, é preciso problematizar os valores culturais e o trabalho destes povos. Assim, para as autoras não se pode falar de EC sem falar em EA, pois elas são fundamentais na formação destes sujeitos.

No artigo *Educação ambiental, Educação do campo e Ambientalização escolar: diálogos entre diversas paisagens escolares*, Yanina Micaela Sammarco, Ivan Borroto Rodriguez e Carina Catiana Foppa aproximam a EA a EC a partir da perspectiva teórica da ambientalização escolar e da experiência vivida pelo grupo de Educação Ambiental e Ambientalização escolar da UFPR. Valendo-se da noção de paisagens escolares e da proposta de constituir as escolas como territórios sustentáveis, as pesquisadoras e o pesquisador apontam caminhos metodológicos para o trabalho da dimensão socioambiental na gestão, currículo e nas práticas educativas. Por fim, o artigo explora o lugar da interdisciplinaridade e da interculturalidade na formação de professores/as, tomando todos esses elementos como importante para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental crítica.

O artigo *O currículo do Projovem Campo-MT e o diálogo com a Educação Ambiental: desafios entre políticas e práticas camponesas* traz considerações acerca de uma tese de doutoramento na área da Educação, apresentado pelo autor Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra e pelas autoras Michele Tomoko

Sato e Imara Pizzato Quadros. O artigo teve como intuito descrever o currículo do “Projovem Campo: Saberes e Fazer da terra” em seu diálogo com a EA a partir de um estudo de caso no Campus São Vicente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT), concluindo que o processo educativo embora considere a biorregião na qual cada comunidade-escola e assentamentos estão inseridos, traz a necessidade do currículo primar por uma Educação dialógica entre instituições formadoras e os movimentos sociais do campo.

*Entre a Educação Ambiental e a Agroecologia: um olhar sobre Escolas Famílias Agrícolas (EFAS)* escrito por Mariana Petri e Alexandre Brasil Fonseca, olha de forma singular a produção acadêmica sobre Educação Ambiental abordada nas Escolas Famílias Agrícolas. Para isso, a autora e o autor, partindo de uma análise de estado da arte, analisam a produção acadêmica em dissertações e teses, destacando a perspectiva da Educação Ambiental crítica. Merece destaque, também, a agroecologia, como caminho que questiona o mundo aliada com a abordagem crítica da EA e da EC.

Com o objetivo de analisar a produção acadêmica em diálogo com as principais políticas nacionais de EA e EC entre os anos de 2015 e 2020, o artigo *O que dizem as políticas e pesquisas brasileiras (2015-2020) em Educação Ambiental e Educação do Campo?* traz a importância da legislação na área para potencializar o fomento de discussões e pesquisas no meio acadêmico. A autora Mariana de Oliveira Tozato destaca que a natureza teórico-metodológica das pesquisas analisadas parte do cotidiano dos povos do campo, tanto a partir da expressão cultural quanto do contexto social que vivem. Ainda, os questionamentos de maior inquietação por parte das pesquisas analisadas foram os movimentos sociais, embora questões relativas à formação de educadores/as, a cultura dos povos do campo, políticas públicas e os processos formativos no âmbito formal representem assuntos abordados que merecem atenção.

No artigo *Educação Ambiental dialógico-crítica e Educação do Campo: buscando caminhos contra hegemônicos* as autoras Caroline Lins Ribeiro Ferreira e Kelci Anne Pereira, e o autor Amadeu Montagnini Logarezzi se propõem a pensar a EA e a EC enquanto categorias que se aproximam, optando como referência o materialismo histórico. Fazendo uma análise das macrotendências

propostas para EA e em conversa com o Movimento de Educação do Campo, o artigo caminha em direção ao que alguns autores/as têm chamado de Educação ambiental dialógico-crítica. O artigo demonstra o que há de comum frente aos desafios teórico-práticos para ambos os campos, EA e EC, evidenciando a potência crítica e transformativa dessa relação.

Na mesma linha de análise, o artigo *A relação da Educação Ambiental com a Educação do Campo: aspectos identificados a partir de publicações em periódicos de Educação Ambiental* busca categorizar a relação entre a EA e a EC considerando as modalidades de educação, as dimensões epistemológicas e as práticas das abordagens a partir do levantamento de artigos em sete periódicos on-line de Educação Ambiental. O autor Jonielton Oliveira Dantas e as autoras Maria José Nascimento Soares e Marília Barbosa dos Santos destacam que, embora tenha sido possível identificar algumas aproximações nas práticas pedagógicas e inter-relação entre esses dois campos, ainda não há uma convergência teórica que favoreça uma análise crítica das questões ambientais no meio rural. Nesse sentido, apontam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar entre as duas modalidades de educação.

A partir desse conjunto de artigos do dossiê, alguns pontos são cruciais para celebrar e alimentar o que destacamos ser um encontro que já habita o âmbito das práticas locais e da academia brasileira. De modo geral, os artigos apontam para o compromisso de revelar de forma explícita as injustiças sociais e ambientais por dentro e por fora dos diferentes espaços educacionais (mais ou menos institucionalizados) do campo. A EA e a EC, neste seu diálogo evidenciado pelos autores e autoras, opera em uma gramática e vocabulário que descreve de forma explícita pautas e lutas como o direito à produção da vida no campo de forma integrada com o ambiente, o direito a uma educação através do alimento justo, ecológico e saudável bem como o direito de viverem suas culturas e seus modos de vida através da educação.

De forma mais ou menos constante é possível identificar no dossiê que EA e EC se fundem e confundem em seus pressupostos e argumentos, ainda que possam apresentar de forma pontual as contradições que os constituem dependendo das perguntas e dos contextos nos quais são analisados. Numa escala ampla de observação e análise dos diferentes artigos que colorem e agregam este dossiê, EA e EC não deixam dúvidas de serem, também, lugares

agregadores de pautas e sonhos que os diferenciam e os aproximam. Os diferentes modos de conhecer e pensar as relações de tensão e aproximação da vida dos povos do campo, das águas e das florestas – seja a partir das vozes desses sujeitos ou das falas incorporadas e engajadas dentro do universo da pesquisa acadêmica – reconhecem a relação entre vida e ambiente na constituição dos diferentes grupos culturais e sociais em diversos biomas e regiões do Brasil. Há de comum uma postura preocupada em valorizar e de se deixar falar os sujeitos do campo sobre si e por si.

De outro modo, ambos os movimentos da EA e da EC nascem a partir de uma crítica social, ou seja, de uma postura contra hegemônica que denuncia situações de injustiça social e degradação ambiental. Não há lugar nos dois campos para a negação dos conflitos e muito menos das diferenças. Embora a EA seja ampla o suficiente para transitar dentro do amplo espectro da educação, a EC possui uma especificidade cultural, quais sejam, os modos de viver e existir dos povos do campo, das águas e das florestas. Para além das especificidades, ambos os campos possuem convergências em seus princípios teórico-metodológicos no que se refere aos processos educativos, que partem da negação ao modelo de vida, produção e consumo da sociedade capitalista.

Ambos colocam com urgência o lugar de fala e de fortalecimento dos movimentos sociais, a valorização dos saberes e fazeres dos povos locais e tradicionais, os educandos como protagonistas do processo de construção da aprendizagem, a relação de horizontalidade entre os sujeitos envolvidos nas ações, o diálogo como forma de empoderamento, de criação e de comunicação, o pertencimento e engajamento no território como ação educativa, a aprendizagem e a incorporação das ciências de forma crítica e situada.

Um ponto importante de convergência apontado pelos artigos é a centralidade da escola nos processos de luta e construção de alternativas. Seja em ilhas, quilombos, aldeias indígenas, faxinais, comunidades ribeirinhas, áreas rurais ou qualquer outro contexto que faz parte das comunidades do campo, a escola é espaço privilegiado de mobilização, organização e enfrentamento. É com ela e por meio dela que se pode coproduzir, reinventar, reproduzir e transformar as lutas já existentes. Sendo uma construção social, a escola é feita pelos sujeitos que fazem parte dela, e os educadores e educadoras tem forte

impacto nas decisões que ali ocorrem. E essas decisões não são somente de cunho profissional, mas uma escolha pessoal, de engajamento, empatia e comprometimento.

Dentre o conjunto de urgências que articulam a EA e a EC, um fator muito ressaltado por diversos artigos que compõe este dossiê é a necessidade cada vez mais emergente de uma formação docente, tanto inicial quanto permanente, que possibilite desvendar as reais condições socioambientais nas quais as comunidades estão inseridas, valorizando o território nos processos educativos. Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo são conquistas significativas que caminham nessa direção, ainda que nem todos tenham os princípios da EA e da própria EC vinculados a sua realidade educativa.

Com a organização deste dossiê reforçamos a ideia de que uma abordagem que parta da análise crítica da realidade e da prática social dos sujeitos é crucial nas ações educativas da EA e da EC. Do contrário, os campos se fragilizam e tendem a interesses que não condizem com os desejos e necessidades das comunidades do campo, das águas e das florestas, consolidando uma perspectiva muitas vezes ingênua, colonizada, alienante, utilitarista, mercantilizada, degradadora e predatória. A lógica a partir da qual se compreende, por exemplo, a produção de alimentos, a preservação das florestas, das águas, entre outras, pode reproduzir ou transformar as relações entre o ser humano e os ambientes e interferir diretamente na forma de viver, de atuar e de interpretar o mundo. Nesse sentido, os dois campos lutam pela inserção, nos espaços educativos, de temáticas que sejam comprometidas com a sustentabilidade da vida e da transformação social, respeitando as diferentes culturas.

No percurso de gestão, organização, leitura e curadoria do dossiê fomos analisando e consolidando o modo como a temática proposta tem afetado e provocado mudanças em ambos os campos. Trata-se de compreender no tempo e nos diversos lugares - tanto do Movimento de Educação do Campo quanto da Educação Ambiental - as linhas que os produzem e, em suas historicidades, os constituem. Sem a pretensão de delimitar e definir, mas muito mais como um estratégia didática e reflexiva, propomos uma estrutura narrativa que valorizasse histórias, estórias, lugares, territórios, autores e autoras das mais diversas regiões. Partindo de contextos particulares, mas com focos semelhantes, os artigos compõem em seu conjunto uma bela amostra da diversidade e do

colorido da Educação do Ambiental e da Educação do Campo no Brasil. O retrato que o dossiê apresenta evidencia que a vida, em suas diversas dimensões, é o que está no cerne de cada campo e a relação da EA com a EC se materializa quando os conhecimentos, saberes e fazeres produzidos pelos sujeitos, pelos movimentos, pelos espaços educativos se traduzem em possibilidades concretas de mudança em direção a sustentabilidade da vida em todas as suas manifestações.

Ao finalizar a organização do dossiê, nos perguntamos: *o que pode mais a Educação Ambiental e a Educação do Campo no Brasil?* Na busca por respostas, de partida, entendemos que não há limites, já que ambos são campos nos quais não existem regras fechadas e receitas prontas para a ação. Nessa construção cabe a ousadia, a criatividade, o enfrentamento e a recriação de alternativas aos modelos impostos. É preciso se permitir experienciar, tendo como pano de fundo discussões teóricas profundas a partir de um diálogo “pé no chão”. Isso nos remete a possibilidade de construção de práticas singulares em cada contexto, sem que haja desconexão entre os princípios e a intencionalidade.

Diante de nossa experiência como educadora e educador atuando em Licenciaturas em Educação do Campo, e no exercício constante de buscar compreender esse fenômeno educativo em conexão com a EA, somos constantemente afetados e impulsionados pela sede do novo, do diferente, e da luta por mudanças. A EA e a EC nos impactam, e nos artigos que apresentamos aos leitores e leitoras, revivemos as experiências de sujeitos que apesar de não terem o mínimo necessário para começar a lutar, constroem coletivamente possibilidades, tentam sem pestanejar, e quando não “dá certo”, ainda assim não desistem. Continuam sonhando, lutando e resistindo.

Como últimas palavras, não poderíamos deixar de destacar que, embora muitas vezes a desesperança nos assale frente a tristeza do descaso de um governo que opta e opera através da negação da vida e das ciências, bem como de um desprezo debochado com a educação, aprendamos com a EA e a EC a continuar optando pela esperança. É com movimentos de empatia e solidariedade que seguimos lutando e encontrando lugares para exercer a práxis da EA e a EC.

Lembremo-nos sempre que não há ação educativa transformadora sem atitudes individuais e coletivas conscientes, coerentes e sinceras. Não há como transformar o mundo sem mudar a nós mesmos, e vice-versa. E nós, que somos tocados e/ou vivemos a realidade dos povos do campo, das águas e das florestas, temos um compromisso diante das vidas ameaçadas em seu cotidiano ainda mais crucial na busca por um outro mundo possível. A Educação Ambiental e a Educação do Campo podem ser o que elas desejam ser. Elas continuam sendo mais do que se propõem a ser. Resistiremos e avançaremos! Boa leitura!